

Os processos de transformações na Arquidiocese de Mariana: uma análise dos jornais “O Arquidiocesano” e “O Pastoral”

FABRÍCIO ROBERTO COSTA OLIVEIRA, TADEU PAMPLONA PAGNOSSA,
ARNALDO JOSÉ ZANGELMI

Resumo

Nesse artigo pretende-se discutir os processos de transformações na Arquidiocese de Mariana de meados do século XX à primeira década do século XXI, através da análise dos jornais oficiais da Arquidiocese: *O Arquidiocesano* e *O Pastoral*. Os jornais são importantes meios de comunicação das lideranças eclesiais com os fiéis da região arquidiocesana, neste sentido argumenta-se que as diferentes posturas políticas dos diferentes arcebispos tiveram reflexo direto no perfil editorial dos jornais. Dessa forma, os jornais e algumas entrevistas corroboram com as hipóteses principais do texto de que há perspectivas diferenciadas dos arcebispos em relação ao papel da Arquidiocese na vida social e política de sua população e de que muito do peso da hierarquia na Igreja Católica se revela nas informações emanadas nos órgãos oficiais de imprensa de suas instituições.

Palavras Chave

Igreja Católica – Jornais – Arquidiocese de Mariana

The process of changing in the Mariana's Archdiocese: one research by the newspapers “O Arquidiocesano” and “O Pastoral”

Abstract

This article have the intention to discus the process of changing in the Mariana's archdiocese from the second half of the 20th century to the first decade of 21th century using the official newspapers “O Arquidiocesano” and “O Pastoral” like primary source. The newspapers are ecclesiastic leadership's important ways of communication with the followers of the archdiocese region, in this way we have the argumentation that the different politics views of the different bishops have a direct influence in the newspapers editorial. The newspapers and some interviews contribute to the main text's hypothesis that there are bishop's different views of the archdiocese role in the political and social life of the population, and also reveal the force of the Catholics Church hierarchy in the information contained in yours institutions' official press.

Keywords

Catholics Church – Newspapers – Mariana's Archdiocese.

Introdução

As temáticas deste artigo são os processos de transformação na Arquidiocese de Mariana de meados do século XX à primeira década do século XXI. O foco de análise são os conteúdos dos jornais oficiais da Arquidiocese de Mariana, *O Arquidiocesano* e o *Pastoral*, no que se refere às diferentes posturas sobre as formas de organização populares. O primeiro foi dirigido por Dom Oscar de Oliveira que se tornou arcebispo da Arquidiocese de Mariana em 1960 e a liderou até 1980. Ligado aos setores mais tradicionais da Igreja Católica, tinha receios da militância política dos grupos católicos vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Teologia da Libertação¹.

Dom Oscar de Oliveira foi substituído por Dom Luciano Mendes de Almeida em 1988, que ficou na Arquidiocese até 2006, ano de seu falecimento. Este, diferentemente do primeiro, era um nome de destaque nacional em função da militância² em prol do processo de redemocratização, pelo incentivo às CEBs e a Teologia da Libertação. Em 1991, três anos após de assumir a Arquidiocese, Dom Luciano promoveu o lançamento de um novo jornal oficial da Instituição, denominado *O Pastoral*. Este apresenta características bastante diferentes do anterior, *O Arquidiocesano*, inclusive retoma alguns temas e questões, onde procura marcar diferenças de perspectivas em relação ao jornal anterior.

No ano de 2007, Dom Geraldo Lyrio Rocha assumiu a Arquidiocese de Mariana e manteve *O Pastoral* como jornal oficial. O corpo editorial permaneceu no cargo, até que houve uma polêmica recente em torno de uma matéria publicada em setembro de 2009, que fazia críticas explícitas à administração municipal de uma pequena cidade mineira e ao governo do estado de Minas, Gerais algo que acontecia com frequência na gestão de Dom Luciano, mas que o atual arcebispo de Mariana não admitiu e ordenou o recolhimento da edição do jornal *O Pastoral* e demitiu parte de seu corpo editorial.

Os jornais oficiais da Arquidiocese certamente não dão conta de noticiar e trazer à tona a pluralidade de eventos e práticas sociais, políticas e religiosas em todo o seu território. Neste sentido, vale ressaltar que muitos dos acontecimentos que para determinado grupo editorial são de suma importância, para outros não passam de eventos marginais e desinteressantes.

¹ Em boa parte das CEBs, a legitimidade e inspiração teológica eram buscadas na teologia da libertação, segundo a qual deve haver uma necessária relação entre a teologia e contextos socioeconômicos. Essa assertiva corrobora com a “opção pelos pobres” cujo postulado é que “embora Deus ame igualmente os pobres e os ricos, favorece os pobres em sua luta pela libertação das estruturas opressoras do capitalismo, criadas pelos ricos” (Theije, 2002: 23). Assim, é postulado importante na teologia da libertação o fato de que a salvação “deve ser encontrada nesta vida: não é um prêmio a ser obtido após a morte” (Theije, 2002: 23).

²A presença do presidente Lula ao velório de Dom Luciano, em Mariana-MG, é representativa de sua relevância nacional.

Nosso argumento é que, de alguma forma, as escolhas das matérias e as formas de tratamentos dos temas refletem uma visão de mundo que, no caso de uma Arquidiocese, acaba por refletir interesses do arcebispo e do grupo de sua plena confiança. Dessa forma, os jornais refletem processos de transformações na Arquidiocese de Mariana e os rumos que os arcebispos pretendiam dar à Instituição, o que acaba por reafirmar a importância do poder hierárquico na Igreja Católica.

Segundo Bruneau (1979) o bispo sempre foi a autoridade máxima na diocese, ou Igreja local e continua a exercer papel chave no catolicismo, neste sentido “compete à diocese e, em primeiro lugar ao bispo como sua cabeça, decidir como agir ou deixar de agir em qualquer questão” (p. 122). A compreensão dos processos de transformações da Igreja Católica no Brasil, pelo estudo da “coleção” das organizações locais (Dioceses e Arquidioceses), daí a relevância da Arquidiocese de Mariana, a mais tradicional e das mais importantes do estado de Minas Gerais.

A importância dos arcebispos neste processo é fundamental, porque, como vimos, é ele quem decide “agir ou deixar de agir” em qualquer questão. Neste sentido, pode-se afirmar que apesar da diversidade de opiniões e reflexões diante das questões sociais, a Igreja Católica continua prezando pela hierarquização (Novaes, 2002: 67). Nesta perspectiva, Boff (1982) destaca que em nível interno, o poder da hierarquia e as manifestações de autoritarismo pouco têm a perder com formas similares de dominação³ existentes na sociedade civil. Ele destaca que um bispo pode dismantelar um trabalho de base de dezenas de comunidades e

sem prévia discussão, transfere os párocos, literalmente expulsa de sua diocese (arqui) as religiosas, demite os agentes de pastoral leigos e deixa a comunidade perplexa. Não há a quem apelar, pois se trata de um comportamento de uma instância última (Boff, 1982: 83).

E assim se faz necessário respeitar, pois ações hierárquicas devem ser vistas como “vontades”, “desejos” divinos. *“Entretanto, o divino no poder da Igreja-instituição é só de origem; seu exercício concreto pouco tem de divino, mas se processa na lógica de qualquer outro poder humano, com todas as suas artimanhas”* (Boff, 1982: 91). Neste sentido,

as organizações religiosas apresentam problemas complexos para os cientistas sociais, pois emergem de inspirações supra-rationais, mas

³ Uma revisão da literatura e interessante nesta perspectiva é o estudo de Da Mata (1996), quando destaca autores clássicos tratando de tal assunto começando por “Nitzche (1976:253), para quem ‘a Igreja é antes de qualquer coisa um edifício de dominação’. Weber (1982: 331) definiria a Igreja como uma forma de institucionalização (ou, para ser mais exato, burocratização) do sagrado; o que levaria Bourdieu, ainda que partindo de um referencial de análise mais amplo, a propor que ‘uma instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política (1992: 72)’ (Da Mata, 1996: 151).

geralmente desenvolvem preocupações com práticas e papéis institucionalizados, autopreservação e expansão (Mainwaring, 1989: 21).

Boff (1982) vai além nas suas críticas ao afirmar que a Igreja-instituição funciona como uma grande multinacional, onde o centro e a matriz, onde se toma as decisões ideológicas e estratégico-táticas situa-se com o Papa e a Cúria ao seu redor e as (arqui) dioceses correspondem a filiais implantadas pelo mundo que são dependentes do Centro nas esferas teológica, pastoral, litúrgica, jurídica etc. Nesta perspectiva o catolicismo tem se caracterizado como a mais institucionalizada e menos flexível das Igrejas, enfatizando a unidade e a autoridade, bem como a necessidade de uma vasta estrutura organizacional para administrar um grande círculo de participantes (Mainwaring, 1989).

Unidades fundamentais da administração eclesiásticas são as arquidioceses. Neste texto centraremos nosso olhar sobre os processos de transformações na Arquidiocese de Mariana, que se refletiram nos jornais oficiais da Instituição, sendo este um espaço fundamental para se perceber visões de mundo e interesses eclesiásticos de suas lideranças.

O jornal “O Arquidiocesano”: Dom Oscar e as concepções político-religiosas.

No Brasil, e em vários outros países da América Latina, no final da década de 1970 e em parte dos anos de 1980, foram muito relevantes os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos de base cristã, sob a inspiração da Teologia da Libertação⁴.

Neste sentido se destacam as CEBs, caracterizadas por Burdick como sendo “*congregações católicas nas quais o clero e os agentes pastorais estão engajados, de uma forma ou de outra, em esforços para despertar a consciência política e social*” (Burdick, 1998: 11). Para ele, o aspecto mais marcante das CEBs é a presença dos grupos de reflexão, nos quais, com ajuda dos manuais ou pequenos folhetins católicos, e às vezes com ajuda de um agente pastoral, os “*membros lêem a Bíblia juntos, discutem suas implicações no que diz respeito ao dia-a-dia de suas vidas, e são inspirados tanto na direção da justiça social quanto por ela mesma*” (Burdick, 1998: 11).

Na América central a participação religiosa teve papel fundamental na mobilização política na Nicarágua e na insurreição em El Salvador. Em ambos os casos, a participação dos cristãos foi vital, sendo as insurreições mais fortes em áreas onde os trabalhos pastorais organizaram CEBs e promoviam uma conscientização social (Smith, 1991: 22).

⁴ Lesbaupin, 2000, Lesbaupin et alii, 2004, Oliveira, 2001, Petrini, 1984, Rodrigues, 1997, Teixeira, 1996.

A idéia de luta por melhores condições sociais também se cristalizou no episcopado. Essa preocupação se reflete na idéia contida no documento da “Comissão Pastoral ao Povo de Deus”, que data de 1976: *“a Igreja sabe que o reino de Deus começa aqui. Todos devemos trabalhar para que o povo possa passar de situações menos humanas para situações mais humanas”* (Mainwaring, 1989: 174).

Na Arquidiocese de Mariana, o jornal oficial, *O Arquidiocesano*, trouxe preocupações com a necessidade de que se tomassem precauções para que não se “desvirtuasse” a função e o papel da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiais de Base. Neste sentido é que ressaltou-se que:

(...) o objetivo comum visado pela Comunidade é, antes de tudo, o objetivo espiritual-ecclesial e depois, de acordo com ele e a ele subordinado, os objetivos temporais e materiais do homem e da família humana, qualquer que ela seja e como quer que se apresente.⁵

A ênfase no papel religioso das CEBs em 1970 é contínua, a idéia central é de que *“a missão própria que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social. A finalidade que Cristo lhe prefixou é de ordem religiosa”*⁶. As notícias do “Arquidiocesano” são mais voltados no sentido de promover alertas em relação ao trabalho político das CEBs do que promovê-las como agentes fundamentais do processo de transformações sociais.

Essa prática não acompanha as visões e decisões que vinham da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1977, na XV Assembléia Geral da CNBB, os bispos aprovaram, por uma votação de 210 a favor e 3 contra, um documento intitulado “Exigências Cristãs de uma nova ordem política”. Neste documento insistia-se na responsabilidade do Estado na defesa dos direitos humanos e na promoção do bem comum; fazia-se uma crítica contundente ao processo de decisões políticas; enfatizava-se a importância da participação e das liberdades democráticas; e atacava-se a doutrina de segurança nacional, que era o fundamento do regime militar (Mainwaring, 1989: 175).

Os bispos eram insistentes na idéia de que *“a democracia é um dos requisitos indeclináveis da liberdade e da dignidade humana, defendidas pela ética cristã”* (Mainwaring, 1989: 176). A partir de 1978, os movimentos sociais apoiados por CEBs também se encontraram em momento de ascensão. Em suma, *“durante a abertura, a Igreja Católica motivou contribuições à democratização, desde a defesa dos direitos humanos, críticas aos abusos do autoritarismo, até o apoio aos movimentos populares”* (Mainwaring, 1989: 251).

Esse é um ponto relevante, uma vez que a Igreja, antes tida como uma das instituições que sustentava o conservadorismo e historicamente estava ligada

⁵ Jornal “O Arquidiocesano”. Ano XI. nº 557. Mariana, 17 de Maio de 1970.

⁶ Jornal “O Arquidiocesano”. Ano XI. nº 553. Mariana 19 de Abril 1970.

aos interesses das classes dominantes, tornou-se uma das grandes referências para os movimentos sociais, pois, na década de 1970, embora tivesse oficialmente aderido ao regime militar, a Igreja Católica acabou atravessando o período como uma das poucas, se não a única, instituição da sociedade civil capaz de um esforço organizado de oposição (Monteiro, 1999).

A visão do Vaticano, na gestão do Papa João Paulo II, era de conter o ativismo político latino-americano dos grupos religiosos. Neste sentido, em carta apostólica endereçada aos bispos brasileiros em 1980, o Papa pregava que “*a Igreja não deve se envolver em questões sociais em detrimento de sua missão especificamente religiosa*” (Prand e Souza, 1996: 62). As afirmações de uma carta papal de 1980 ia na perspectiva de diminuir o ativismo católico, afirmando que:

Mais grave seria a perda de identidade se, a pretexto de atuar na sociedade, a Igreja se deixasse dominar por contingências políticas, se ela se tornasse instrumento de certos grupos ou pusesse seus programas pastorais, seus movimentos e suas comunidades à disposição ou a serviço de organizações partidárias (Cava, 1986: 31).

O Papa insistia que na América Latina era preciso optar por uma Igreja despolitizada: “*Vocês não são líderes políticos ou sociais, nem oficiais de um poder temporal. Não podemos viver na ilusão de estar servindo a Deus se diluimos nossas atividades em um interesse exagerado pelos problemas temporais!*” (Benedetti, 1988, *apud* Prandi e Souza, 1996:62).

Houve também punição aos teólogos engajados com a Teologia da Libertação. No Brasil, teve como destaque Leonardo Boff, cujo livro *Igreja, Carisma e Poder* foi proibido pela cúpula conservadora católica, que se tornara hegemônica na Igreja desde a eleição de João Paulo II. Dessa forma,

o papa de fato se mostrava bastante alinhado às tendências carismáticas e bem distante da opção pelos pobres da Teologia da Libertação. Ainda que muitos bispos, padres e teólogos se tenham mostrado opostos à Renovação, não há como negar que a Igreja oficial tinha sim abraçado um grande projeto de mudança (Prandi e Souza, 1996: 63).

Seguindo os passos ditados por Roma, que reduzia as oportunidades políticas das idéias progressistas, o seminário da Arquidiocese de Mariana na gestão de Dom Oscar mostrava-se pouco receptivo às idéias da Teologia da Libertação e reafirmava a posição romana. O padre Douglas narra um pouco das dificuldades encontradas na década de 1980, afirmando:

depois vim pra cá e entrei para o seminário em 1981, comecei estudar teologia, mas ainda nesse ambiente que era fechado, eu fiquei pouco tempo, eu fiquei um ano e meio. No meu período chegou-se mesmo a se cogitar da parte de Dom Oscar até a proibição, mas ele não fez isso não, mas foi cogitado, até a proibição de livros de Leonardo Boff. Quer dizer, era outro tipo de perspectiva. Não foi feito, na própria formação houve quem ponderasse com ele, não era o ideal, que as pessoas deveriam conhecer até

para serem críticos, mas enfim, o lado social não se falava tanto, a não ser em alguma leitura e conversas mais nossas ⁷.

Assim, os grupos de padres e religiosos que objetivam maior atuação das CEBs e presença da Teologia da Libertação viveram momentos em que não poderiam contar com o apoio do arcebispado para tais ações. Assim, para a Arquidiocese de Mariana era importante a proteção contra a disseminação de certos projetos progressistas dentro do seu território eclesiástico, mesmo que para isso precisassem ser proibidos alguns livros.

Segundo o Padre Douglas, com referência à Igreja no período de Dom Oscar,

era um período em que o social era encarado mais nas ações pessoais, e no máximo de alguma entidade, de uma obra social, não propriamente de uma visão crítica da sociedade, né? Do ponto de vista, político, econômico, social, cultural⁸.

No jornal de 1986, o Cônego José Vidigal de Carvalho, que tinha influência junto ao arcebispo e ocupava importantes espaços no *O Arquidiocesano*, reafirmava a posição do Vaticano, afirmando que:

No documento intitulado 'Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação' está clara a orientação de Roma. Não compete aos pastores da Igreja intervirem diretamente na organização da política e na organização da vida social. Tal tarefa faz parte da vocação dos leigos, agindo por sua própria iniciativa, juntamente com seus concidadãos ⁹.

A idéia era de que a Igreja Católica deveria se isentar das discussões sobre o futuro político do país, pois isso não caberia a ela; apesar disso, se envolvia no tema da reforma agrária e a atuação da esquerda, afirmando que:

Aquela preparando paióis de pólvora para desestruturar a sociedade e implantar o comunismo ateu, desumano, ditatorial, está consagrando o status quo cristalizando os privilégios, ratificando a desigualdade social, promovendo os horrípidos bolsões de pobreza ¹⁰

Para a Arquidiocese de Mariana, as tentativas do Vaticano de frear o ativismo político católico não eram nenhum empecilho ao trabalho que vinha fazendo. A palavra do Papa João Paulo II de que "*não devemos temer ou deixar-nos impressionar demasiado pelos acontecimentos, mas trabalhar rezar e confiar*"¹¹ foi sempre respeitada pelas lideranças eclesiásticas dirigentes da Arquidiocese, até mesmo antes desse pronunciamento.

Sobre as greves dos operários e a injustiça na distribuição de renda, o arcebispo Dom Oscar de Oliveira, mostrando-se alinhado aos setores mais tradicionais e conservadores fez o seguinte relato:

⁷Entrevista concedida por Padre Douglas (Pseudônimo). Mariana, setembro de 2004.

⁸Entrevista concedida por Padre Douglas (Pseudônimo). Mariana, setembro de 2004.

⁹Jornal "O Arquidiocesano" ano XXVIII, Mariana, 7 de Setembro de 1986.

¹⁰Jornal "O Arquidiocesano" ano XXVIII, Mariana, 7 de Setembro de 1986.

¹¹Jornal "O Arquidiocesano" ano XXVIII, Mariana, 24 de Agosto de 1986.

Conheço muitas famílias que, de início carentes, se promoveram magnificamente – marido e mulher – com a constância do trabalho e com a justa economia. Conheço também, filhos que a exemplo de seus pais, amigos do trabalho os vêm imitando com fidelidade e felicidade¹².

Assim, na visão do arcebispado, a idéia hegemônica era a de que os cristãos deveriam trabalhar honestamente, sendo a greve ou manifestação política algo desnecessário, pois com honestidade e trabalho tudo se conseguiria. Na Arquidiocese de Vitória e em diversas Dioceses do Brasil as CEBs se consolidaram como importantes suportes de greve e manifestações em prol de melhorias sociais, conforme atesta o livro de Krischke e Mainwaring (1986).

Novas perspectivas para a arquidiocese: A chegada de Dom Luciano

Ao longo do tempo, um instrumento bastante eficaz para afirmar a influência do Vaticano sobre as Igrejas Católicas Nacionais tem sido as nomeações episcopais. Valendo-se dessa prerrogativa, os papas podem direcionar o perfil pastoral das dioceses e arquidioceses em todo o mundo. Um caso bastante emblemático no Brasil diz respeito à interferência do Vaticano no direcionamento da Arquidiocese de São Paulo, no final da década de 1980. Aquela que era a maior jurisdição eclesiástica do Brasil tinha à sua frente o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, um prelado que havia se destacado pela sua militância em favor dos direitos humanos durante os anos de ditadura militar. Visando romper essa tradição de engajamento político naquela influente Arquidiocese, a alta cúpula da Igreja Católica articulou:

a transferência de Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ex-auxiliar da arquidiocese paulista, para arquidiocese mineira de Mariana, uma das mais antigas na história religiosa do país, mas com pouca expressão sócio-política. Esta transferência foi feita à revelia do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, pertencente à ala esquerda do clero brasileiro, que desejava que D. Luciano o sucedesse no arcebispado de São Paulo (Valente, 1994: 88).¹³

Para Smith (1991), uma das mais consistentes maneiras que Roma tem encontrado para diminuir a influência da Teologia da Libertação tem sido a indicação de bispos conservadores para a América Latina. O caso específico de Dom Luciano parece apontar outra alternativa para minar bases da Igreja Católica Progressista no Brasil. Transferir o bispo para uma Arquidiocese mais isolada do crescimento dos movimentos leigos, tendência no cenário nacional, significaria, na prática, restringir a influência da Teologia da Libertação.

¹² Jornal “O Arquidiocesano”, ano XXIX, Mariana, 22 de Novembro de 1987.

¹³ Em todas as citações e trechos deste artigo as palavras em negrito foram assim marcadas por nós, para deixar em evidência nossas idéias e facilitar a leitura do texto.

A opção de nomear um religioso progressista para liderar uma arquidiocese historicamente identificada como conservadora passou a preocupar também diversos padres e leigos da Arquidiocese, principalmente acerca das modificações que poderiam ser implantadas pelo novo arcebispo, como percebemos em uma entrevista realizada pelo jornal Estado de Minas, logo após a chegada de Dom Luciano à Arquidiocese de Mariana:

Pergunta: O Arcebispo de Mariana foi considerado um “autêntico” representante da ala conservadora da Igreja, enquanto o senhor sempre foi identificado como um “progressista” da Instituição. A vinda do Senhor para Mariana significa uma mudança de mentalidade na diocese de Mariana?
Dom Luciano – Em primeiro lugar peço licença para aceitar a pergunta, mas não aceitar o adjetivo que foi empregado em relação a quem aprendi desde logo a estimar e que me acolhe com muita amizade e de que há de me dar muito também de sua experiência. O certo é que o embate e a vida em São Paulo abriu campo para um tipo de serviço que não é exatamente o que foi necessário em outras áreas do Brasil. São Paulo, hoje, é a grande cidade desafio, com populações empobrecidas, com grande dificuldade de acesso ao trabalho, com insuficiência de salário e de promoções indispensáveis à dignidade da vida como educação, saúde, transporte e abastecimento. Não é o caso de Mariana. Portanto, se o bispo está ligado à vida do povo, evidente, ele terá manifestações diferentes conforme o tipo de ministério e a atuação que ele deve exercer...¹⁴

Interessante perceber que a transferência de Dom Luciano, ao mesmo tempo que desarticulava a mobilização popular em São Paulo, gerava na Arquidiocese de Mariana, condições para que houvesse uma substancial transformação no direcionamento pastoral daquela jurisdição eclesiástica. Apesar do conservadorismo que marcou o período anterior, sobretudo durante a vigência do bispo Dom Oscar de Oliveira (1959-1988), é importante ressaltar que algumas paróquias e comunidades já buscavam certa aproximação com os ideais propugnados pela Teologia da Libertação à revelia da autoridade episcopal. Seus projetos, porém, só iriam deslanchar quando o ambiente religioso (e político) se fizesse mais favorável, ou seja, com a chegada do novo bispo. Assim, é importante perceber que as concepções de Igreja sustentadas pelas suas lideranças têm, conforme salienta Mainwaring, um peso determinante no direcionamento de suas prelações.

A concepção de Igreja quanto a sua missão integral determina diretamente o seu envolvimento na vida política. Quando, por exemplo, líderes religiosos argumentam que a Igreja deveria lutar contra o comunismo ou que deveria se colocar acima da política ou que desenvolva uma opção preferencial pelos pobres, estes pressupostos derivam do sistema religioso. Isso significa que é preciso compreender os objetivos da instituição e a concepção de fé que a motiva (Mainwaring, 1986: 44).

Nesse sentido, a presença de Dom Luciano foi fundamental para que diversas transformações acontecessem na Arquidiocese e, embora não se possa desvalorizar o trabalho leigo e de base, a presença dele é sempre valorizada por

¹⁴ Jornal “O Arquidiocesano”, ano XXIX. Mariana, 12 de Junho de 1988.

todos que trabalhavam na busca de uma maior inserção da Arquidiocese em problemas sociais e políticos. Um reflexo na mudança de postura pode ser percebido no jornal “O Pastoral”, em que investe-se na formação das CEBs.

As notícias tendiam no sentido de promover as CEBs, para que estas pudessem aumentar em número e qualidade pelo território arquidiocesano. Diversas reuniões e convocações da população para participação aconteceram. *O Pastoral*, de agosto de 2004, reflete bem essa preocupação. Logo na primeira página vem o título, Espiritualidade Libertadora, e logo abaixo vem uma mensagem afirmando que as CEBs “*continuam se mobilizando para garantir um jeito popular de ser Igreja, sustentando a mística da participação e Comunhão Eclesial que brota da palavra de Deus e da Eucaristia*”¹⁵

Na segunda parte do jornal, afirma-se que muitos acreditam que a vez das Comunidades Eclesiais de Base já passou e até mesmo acreditam na morte da Teologia da Libertação e “*entendem que o momento é dos movimentos espiritualistas de cunho pentecostal ou neopentecostal como a Renovação Carismática Católica, por exemplo*”¹⁶. O editorial do jornal afirma que esses pensamentos em parte são verdadeiros, mas que em meio a tudo isso

é bom saber que Mariana, a primaz das Minas Gerais, acredita nesta Igreja que se faz pobre para libertador pobre. Em meio a tanta espiritualidade alienada e alienantes, consola saber que nas CEB's a espiritualidade é libertadora porque leva o compromisso com os excluídos, prova inequívoca do seguimento de Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida.¹⁷

Visões como esta não apareceram no jornal *O Arquidiocesano*. A perspectiva mais imponente era a necessidade de cuidados com os excessos que vinham ocorrendo. As visões anteriormente manifestadas, no jornal oficial da Arquidiocese de Mariana, são reflexos de uma proposta eclesial para a Instituição. As mudanças se refletiam também nas concepções de Dom Luciano a respeito da caridade e da importância da ação política, conforme o excerto abaixo:

dar auxílio a uma pessoa necessitada é sempre prova de amor fraterno. Temos, no entanto, que pedir a Deus que ilumine nossa responsabilidade política. Mais forte é a caridade de quem se empenha para elaborar e aperfeiçoar as leis do país de modo a assegurar decisões políticas adequadas, capazes de saciar as multidões de famintos e mendigos, de sem-terra e sem casa, dos que não tem trabalho nem assistência médica.¹⁸

Dom Luciano deixa claro que a melhor maneira de ajudar os pobres não é fazer uma caridade, dando um alimento ou uma moeda aos mendigos pelas ruas, os quais, aliás, podem ser vistos em bom número pelas cidades da Arquidiocese. Ele acredita que a melhor maneira de resolver os problemas do país é realizar políticas públicas adequadas à situação encontrada no país.

¹⁵ Jornal “O Pastoral”, ano XIV, nº 158. Mariana, Agosto de 2004

¹⁶ Jornal “O Pastoral”, ano XIV, nº 158. Mariana, Agosto de 2004

¹⁷ Jornal “O Pastoral”, ano XIV, nº 158. Mariana, Agosto de 2004

¹⁸ Jornal “O Pastoral”, ano XIV, nº 158. Mariana, Agosto de 2004

Dessa forma, os setores da Arquidiocese de Mariana encontravam respaldo institucional para trabalharem no apoio à população de acordo com suas necessidades. As posturas de Dom Luciano foram muito importantes para a consolidação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) do Alto Rio Doce de Minas. Na mesma perspectiva, Oliveira e Rothman (2008) concluíram que a chegada e a gestão de Dom Luciano proporcionaram espaços institucionais importantes para emergência deste Movimento Social e ativação de redes sociopolíticas.

Em relação ao MAB, as notícias não deixam dúvidas sobre o apoio da Arquidiocese de Mariana. Em abril de 1997, publica-se que

a Arquidiocese de Mariana vem se posicionamento a favor da vida, defendendo a idéia de que PRIMEIRO É PRECISO PENSAR NOS ATINGIDOS E DEPOIS NO PROGRESSO. Além da distribuição de um planfeto, onde se apresenta a realidade das Barragens na Região, Dom Luciano gravou uma fita cassete que está sendo transmitida pela Rádio Montanhesa (Viçosa) e outros da região, CONVIDANDO O POVO A PARTICIPAR DAS DISCUSSÕES¹⁹

Há neste relato uma busca pela mobilização popular e uma explícita preocupação com a população que poderia ser atingida pelas barragens, em detrimento dos empreendedores. No mesmo sentido, ou seja, o de explicitar a preocupação com os atingidos e deixar claro o posicionamento da Arquidiocese, em 1997, Dom Luciano e o padre João do Carmo Macedo escreveram no jornal oficial da Arquidiocese como esta se posicionava diante da iminente construção de barragens:

Posição da Arquidiocese de Mariana

No desejo de estar a serviço da Vida, a Arquidiocese de Mariana fica ao lado dos atingidos e contra a construção de barragens:

- *Juntando-se a entidades, grupos e pessoas que já estão trabalhando na conscientização e organização dos Atingidos;
- *Visitando e solidarizando-se com os atingidos, ajudando-os a enfrentar os problemas e defender os seus direitos;
- *Denunciando publicamente, sempre que houver manipulação, agressão ou exclusão de pessoas atingidas²⁰

Antes de chegar a este posicionamento, a Arquidiocese de Mariana procurava mostrar os grupos que levavam vantagens e aqueles que levavam desvantagens com a construção das barragens. Entre os primeiros estão:

- *As empresas, donas das barragens
- *As empresas e barrageiros encarregados da construção
- *Algumas poucas pessoas dos lugares que trabalharão na obra
- *Pessoas de outros lugares do país que receberão a energia gerada aqui²¹

¹⁹ Jornal "O Pastoral", ano VII, nº 70. Mariana, Abril de 1997.

²⁰ Jornal "O Pastoral", ano VI, nº 67. Mariana, Janeiro de 1997.

²¹ Jornal "O Pastoral", ano VI, nº 67, Mariana, Janeiro de 1997.

Já no segundo grupo encontram-se:

*Todas as pessoas moram onde vão ser construídas as barragens, pois suas terras, quintais, plantas, escolas, casas cemitérios, igrejas, tudo vai ficar inundado;

*Todas as pessoas que moram abaixo das barragens, pois o volume de água do rio pode secar ou aumentar muito de uma hora para outra;

*As pessoas que gostam da beleza natural da região, pois muitas cachoeiras vão acabar e muitos rios serão represados e até desviados do curso normal;

*Diversos animais e plantas próprios da região,

*O meio rural, pois muita gente vai para a cidade praticamente obrigada;

*O meio urbano, pois muita gente pode engrossar a fileira dos desempregados na cidade²²

Em maio de 1998, reafirmando a posição da Arquidiocese, o jornal faz uma forte crítica à construção das barragens, afirmando que

é preciso desmentir a farsa do bem comum. É exatamente o contrário que está acontecendo. Empresas e grupos privados estão se apropriando daquilo que, a princípio pertence a todos. A água, os rios, as cachoeiras, os peixes, tudo bem comum, de repente passa a te um dono. É uma questão ética que pode ser melhor refletida.²³

Diante destas preocupações e do posicionamento da Arquidiocese de Mariana percebe-se uma perspectiva explícita de apoiar a organização da população na busca por direitos. Com aval da Instituição, em 1999 consolidou-se a idéia de que a presença de uma organização regional seria de grande importância para a defesa dos direitos dos atingidos, até porque houve proliferação de projetos de consórcios privados para a construção de hidrelétricas na região. Foi a Arquidiocese de Mariana que cedeu espaço para a secretaria, a funcionária, o telefone e a maior parte da infra-estrutura para este funcionamento.

As práticas de promoção das CEBs, as críticas à caridade como doação e a promoção de movimento social, demonstram há existência de processos de transformações na atuação da Arquidiocese de Mariana. O posicionamento explícito contra grande empresários interessados na construção de barragens e explicitar a necessidade de uma atuação mais abrangente de grupos sociais para uma transformação mais ampla da sociedade representam transformação importantes de mudança de rumos na Arquidiocese.

O PASTORAL: novas idéias e lugar da memória

Segundo algumas matérias publicadas no próprio *O Arquidiocesano*²⁴ era comum que a Arquidiocese de Mariana utilizava-se de periódicos impressos

²² Jornal "O Pastoral", ano VI, nº 67, Mariana, Janeiro de 1997.

²³ Jornal "O Pastoral", ano VIII, nº 83, Mariana, Maio de 1998.

²⁴ Jornal "O Arquidiocesano", Ano III. nº103, Mariana, 3 de Novembro de 1961.

como eficazes instrumentos de propagação das orientações eclesiais para os seus fiéis. Tal a importância destes impressos na divulgação dos projetos da Arquidiocese e a interferência da cúpula arquiocesana na edição destes que nos momentos em que mudavam as lideranças eclesiais e reformulavam-se algumas características do governo arquiocesano, também eram sentidas algumas mudanças na temática do periódico oficial da arquidiocese. Estas mudanças aparecem explicitamente ao analisarmos a substituição do jornal *O Arquidiocesano*, que tinha à frente Dom Oscar pelo *O Pastoral* lançado no arcebispado de Dom Luciano.

A partir do início da circulação do *O Pastoral*, o órgão oficial da Arquidiocese de Mariana passou a publicar com maior frequência assuntos relacionados às comunidades eclesiais de base, os problemas sociais da população, textos de católicos progressistas ou então de apoio à formação de sindicatos, temas que raramente eram contemplados no jornal anterior.

Percebe-se no *O Pastoral* a clara preocupação em dar visibilidade à eventos ligados às CEBs e, ao mesmo tempo, mostrar sua ruptura com o perfil editorial anterior, do *Arquidiocesano*. Com muito cuidado nas palavras, às vezes optando por colocar de forma vaga a “série de fatores” que atravancava a visibilidade das forças progressistas, no trecho do *O Pastoral* abaixo exposto se evidencia a percepção da mudança:

O XII Encontro das Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Mariana desponta como um grande marco da caminhada eclesial de nossa Arquidiocese. **Lembro-me que os encontros anteriores aconteciam anualmente. Quem ficava sabendo? Como eram preparados? Quem participava?** Sem dúvida que havia os responsáveis por eles. Tenho certeza que eram preparados com carinho e esmero. Mas, por uma série de fatores, atingia uma parte muito pequena da Arquidiocese. Mesmo por que a Arquidiocese como um todo não havia feito sua opção pelas CEBs. **Nem por isso deixaram de cumprir seu papel. Aliás, há que se ressaltar que,** se chegamos ao XII Encontro, é graças à resistência daqueles que acreditaram nas CEBs como uma realidade possível também para a arquidiocese de Mariana.²⁵

Em outros trechos o incentivo à organização fica mais claro, inclusive fazendo referência à imagem de Cristo como referencial para a luta em favor dos pobres:

O chavão que “as CEBs são grupos políticos” já se tornou anacrônico. A desculpa é que a diocese de que Mariana tem muitos padres e por isso os leigos não precisam assumir ministérios se contradiz com o acúmulo de trabalho da parte de muitos párocos. O “Rosto da Igreja” que este encontro deverá nos fazer encontrar é o rosto do próprio Cristo identificado com os pobres e excluídos. A partir daí é só organizar as comunidades para ser seu espaço de luta, de reivindicação, de celebração da própria fé. É só deixar que com elas nasçam as CEBs, o novo jeito da Igreja ser.²⁶

²⁵ Jornal “O Pastoral”, ano IV, Mariana, Julho de 1994.

²⁶ Jornal “O Pastoral”, ano IV, Mariana, Julho de 1994.

È reveladora também a intenção do Jornal de dar visibilidade para a história e memória da atuação progressista na região, um passo importante para o reconhecimento social de sua existência, resistência, atualidade e, por consequência, potencialidade:

Segundo o Pe. Luiz Faustino, as CEBs tiveram suas primeiras sementes lançadas em solo da Arquidiocese marianense, por volta de 1971. Pioneiros são os padres Theófilo Andrade, José Belvino (hoje bispo em Divinópolis) e José Miguel. As CEBs tiveram início em Araponga, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Mercês, Paiva, Pedra Bonita, Porto Firme, Presidente Bernardes, Santa Bárbara do Tugúrio e Sericita. A vizinha diocese de Caratinga é que inspirou as CEBs na Arquidiocese de Mariana. Em 1980, por exemplo, Monsenhor Raul, de Caratinga, esteve em Entre Rios para falar sobre a organização das CEBs. Durante muito tempo, usou-se o Roteiro para grupos de reflexão produzido pela equipe de Caratinga. Vários líderes das CEBs participaram do MOBON (Movimento da Bossa Nova) de Caratinga e também dos cursos de Páscoa e Natal, organizados pela Diocese de Caratinga.²⁷

O jornal reconhece a importância do Concílio Vaticano II para essa mudança, esse “novo jeito de ser igreja”, e fala da antiga dificuldade de se apresentar as ações progressistas numa arquidiocese que por muito tempo ficou “surda e cega”. Nesse sentido, o jornal enquanto meio de comunicação teria um papel chave:

O Concílio Vaticano II abriu espaço para o “novo jeito de ser da Igreja”, consolidado pela Conferência dos Bispos da América Latina, em Medellín (1968). Em 1979, Puebla retoma a convicção de que as CEBs são o caminho da nova Igreja. A Arquidiocese de Mariana, porém, ficou como que “surda e cega” a esta novidade que tomava conta do Brasil e da América Latina. No seu início, as CEBs eram o “bicho papão” da Igreja. Participar delas era sinônimo de subversão, comunismo e coisas semelhantes. Houve, porém, na Arquidiocese, quem não teve medo destes rótulos e arriscou a acreditar nas CEBs. Graças a estes pioneiros, a Arquidiocese realizou, dias 19 a 21 de julho o XIV Encontro das CEBs. O testemunho de muitos que participaram revela como as CEBs ainda são novidade para muita gente. “Quando iniciei esta caminhada, pensava que as CEBs eram pra complicar. Sentia-me bastante confusa” afirma Elza Maria Valente, Senador Firmino.²⁸

Note-se que nas várias citações existe uma forte intenção de resgatar os atores desse processo, aqueles “calados” por muito tempo, que atuavam sem visibilidade e apoio. As entrevistas com essas pessoas mostram a riqueza dos relatos ocultos e que nessa busca por rearticular a memória da arquidiocesana aparecem como uma visão religiosa e política alternativa à oficializada por muito tempo.

Numa seção reservada para que se falasse da memória da Instituição dizia-se que:

²⁷Jornal “O Pastoral”, ano IV, Mariana, Julho de 1994.

²⁸ Jornal “O Pastoral”, ano VI, nº 61, Mariana, Julho de 1996.

“Na memória das Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Mariana, a hierarquia aparece como uma presença contraditória. Quando o ‘trem’ parece ter entrado nas trilhas, ‘forças ocultas’ atropelam todo o processo. Padre Theóphilo se destaca como o grande incentivador de uma Igreja popular mesmo antes de se falar em CEBs em nossa Arquidiocese. De acordo com Geraldo Botelho, em 1968 eles já começaram a formar comunidade em Porto Firme. Mas, em pouco tempo, Padre Theóphilo saiu. Até hoje não entendeu porquê.

Em Araponga, destaca-se a figura do Padre José Miguel. Começando com ‘os cursos de batismo’ ele deu vida nova à Igreja local. Conseguiu, inclusive, mobilizar todo o município. Mas nesse tempo parte da Matriz caiu, com a alegação de que ele não tinha dom pra arrecadar dinheiro e reconstruir templo, foi transferido para Sericita. Até hoje não entenderam os reais motivos para a remoção do padre”²⁹.

Assim, de acordo como o jornal oficial da Arquidiocese, a elite eclesiástica buscava impedir a proliferação das CEBs, mesmo que para isso fosse preciso a transferência de padres para outras paróquias e cidades, no sentido de desmobilizar os trabalhos desenvolvidos pelos párocos. De certa forma, o jornal tornou-se um lugar de “acerto de contas com o passado”, pois muitos dos relatos e visões de mundo apresentadas eram de pessoas que tinham seus trabalhos dificultados pelas ações do arcebispado e, agora, além de encontrarem legitimidade de ação, também vivenciam oportunidades de publicação nos jornais de suas vivências anteriores.

O Jornal torna-se assim um espaço de memória e de ressignificação do passado da Arquidiocese, levando-nos à reflexão de que os jornais refletem parcialmente o que há de importante Arquidiocese e que a presença da hierarquia no que pode e no que não pode ser publicado se faz com grande relevância. Esta última assertiva se mostrou muito ativa em uma polêmica recente que envolveu o novo arcebispo da Arquidiocese de Mariana, Dom Geraldo Lyrio (arcebispo que assumiu a Instituição em 2007, em substituição a Dom Luciano que faleceu no dia 27 de agosto de 2006).

Dom Geraldo ordenou que o jornal de setembro de 2009 fosse recolhido. Essa ação polêmica foi motivada por críticas feitas pelo jornal a políticos da região e ao governador Aécio Neves no editorial intitulado “Do toma lá dá cá ao projeto popular”, que questiona despesas e ligações desses governantes com grandes empresas. O editorial enfatiza também a forte ligação entre corrupção e pobreza em municípios da região, reforçando a perspectiva de que a igreja tem o papel de combater as injustiças sociais.

Em editorial na edição de outubro, o arcebispo afirma sua discordância em relação ao editorial de setembro e enfatiza que a Arquidiocese não se responsabiliza pelas afirmações e acusações, considerando-as um grave erro que não irá se repetir. Esse recente descompasso entre as perspectivas da atual cúpula eclesiástica de Mariana e do jornal oficial da arquidiocese pode ser melhor compreendido se levarmos em conta os diferentes papéis que os jornais da arquidiocese têm desempenhado e o contexto no qual surgiu *O Pastoral*.

²⁹ Jornal “O Pastoral”, ano VIII, nº 88. Mariana, Novembro de 1998.

Considerações Finais

Este texto não busca afirmar que os episcopados de Dom Oscar de Oliveira e Dom Luciano Mendes encontram-se em pólos opostos, em que há engajamento sócio-político militante de esquerda de um lado e conservadorismo do outro, pois na dinâmica social nem todas as ações podem ser assim classificadas e em se tratando da Igreja Católica, estas questões não são nitidamente visíveis. Soma-se a isso o fato de que numa Instituição como a Igreja Católica, encontram-se diversos grupos e posturas que são contraditórias entre si. Neste sentido, os bispos possivelmente encontraram vozes dissonantes. Não obstante, fica evidente o fato de que a imprensa arquidiocesana reflete os interesses de seus respectivos arcebispos e consolida-se como espaço importante de percepção de permanências ou de transformações nos projetos da hierarquia eclesiástica da Arquidiocese de Mariana.

As diferentes posturas dos vários arcebispos de Mariana e suas relações com a imprensa da arquidiocese refletem processos políticos mais amplos que envolvem os diferentes posicionamentos de setores da Igreja Católica frente à realidade social e política brasileira e frente agentes progressistas que emergiram no processo de redemocratização do país.

A posição tradicionalmente conservadora da Arquidiocese de Mariana em relação a outras circunscrições religiosas do Brasil pode ser identificada nos moldes do jornal *O Arquidiocesano*, principalmente em relação ao compromisso assumido pelo próprio arcebispo em utilizar este periódico como afirmador da hierarquia e difusor de assuntos religiosos e não políticos³⁰.

Estes moldes se transformaram devido à decisão da alta hierarquia católica em nomear Dom Luciano de Almeida como sucessor de Dom Oscar. Governada por um eclesiástico reconhecidamente progressista, a Arquidiocese de Mariana passou por um período a dar mais atenção às ações vinculadas à Teologia da Libertação, a participação leiga na organização da Igreja Católica, ao combate contra a desigualdade social, ao engajamento político em movimentos sociais, mudanças essas que podem ser identificadas como marcas diferenciadoras entre: *O Pastoral* e *O Arquidiocesano*.

Com a substituição de Dom Luciano por Dom Geraldo Lyrio identificamos novamente através do jornal oficial da Arquidiocese (ainda *O Pastoral*) a tentativa da hierarquia eclesiástica ligada ao arcebispo de retomar um posicionamento de maior defesa institucional e “distanciamento” das questões temporais. Assim, há perspectivas diferenciadas dos arcebispos em relação ao papel da Arquidiocese na vida social e política de sua população e de que muito

³⁰ Em sua primeira edição Dom Oscar assina um editorial intitulado onde firma as diretrizes e estabelece o compromisso do jornal em difundir os ensinamentos religiosos e nunca se envolver com política.

do peso da hierarquia na Igreja Católica se revela nas informações emanadas nos órgãos oficiais de imprensa de suas instituições.

Bibliografia

- BOFF, Leonardo. Igreja, Carisma e Poder. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. Como fazer Teologia da Libertação. 8ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes 2001.
- BURDICK, John. Procurando Deus no Brasil. Petrópolis Vozes, 1998.
- CAVA, Ralph Della. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985). Org, KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott – Porto Alegre: L & PM: CEDEC, 1986.
- DA MATA, Sérgio. Sacralização da política, politização do sagrado (quando a Igreja se descortina). VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, nº 16, p. 142-154, Setembro, 1996.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil. Petrópolis Vozes, 1987.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo, Brasil e Peru, 1964-1986. Editora Hucitec. São Paulo (SP), 1996.
- KRISCHKE, Paulo e Scott, MAINWARING. Igreja nas Bases em tempo de transição (1974-85). Porto Alegre: L & PM, 1986.
- LESBAUPIN, Ivo. Comunidades de base e mudança social. UFRJ, 1999.
- LESBAUPIN, Ivo. “Comunidade de base e mudança social”. Praia Vermelha – Estudo de Política e Teoria Social, 3:54 –79, 2000.
- LESBAUPIN, Ivo et al. . “Revisitando as CEBs: um estudo no Rio de Janeiro e em Minas Gerais”. Religião e Sociedade, 24, 1: 142-176, 2004.
- LÖWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. São Paulo. Cortez, autores associados, 1995.
- MACHADO, Maria D. C. e MARIZ, Cecília. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs 34 pp. 71-87, 1995.
- MAINWARING, Scott. A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985). A Igreja e a Política no Brasil. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. Editora brasiliense, 1989.
- MARIZ, Cecília Loreto. Católicos da Libertação, Católicos Renovados e Neopentecostais. Cadernos CERIS nº 2, outubro, 2001.
- MONTEIRO, Paula. Religiões e dilemas da Sociedade Brasileira. In: MICELI, Sérgio. O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras (1970 – 1998). Antropologia 1. São Paulo: Sumaré/Brasília: ANPOCS, 1999.
- NOVAES, Regina. Crenças religiosas e convicções políticas: crenças e passagens, In: Política e Cultura, século XXI. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.
- OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa e ROTHMAN, Franklin Daniel. Arquidiocese de Mariana, Teologia da Libertação e Emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce (MG). In: Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política/ Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. – v. 7. n. 12. (2008) – Florianópolis: UFSC, 2008.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. “Perfil social e político das lideranças de CEBs no Brasil”. Memória e Caminhada, 1:6-13, 2001.

- PETRINI, João Carlos. CEB's: um novo sujeito popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PRANDI, Reginaldo e SOUZA, André Ricardo de. A. Carismática Despolitização da Igreja Católica in: PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. A Realidade das Religiões no Brasil: Religião, sociedade e política. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.
- REGIDOR, Jose Ramos. Vinte e Cinco anos da Teologia da Libertação. In: BOFF, Leonardo (org). A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- RODRIGUES, Solange dos Santos. Comunidades eclesiais de base no Brasil: interfaces entre religião, política e produção do conhecimento. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFRJ, 1997.
- ROTHMAN, Franklin Daniel. Political process and peasant opposition to large hydroelectric dams: The case of rio Uruguai Movement in Southern Brazil, 1979 to 1992. Tese (Doutorado em sociologia). Univesity of Winsconsin – Madison, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo. Edições Loyola, 1996.
- SMITH, Christian. The emergence of Liberation Theology: Radical religion and Social Movement Theory. The Unversity of Chicago Press, Chicago and London, 1991.
- VALENTE, Ana Lúcia E Farah. O negro e a Igreja Católica. Campo Grande, MS: CECITEC/ UFMS, 1994.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (Vol. 1). Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.